



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA GUARDA MUNICIPAL

ASSISTENTE SOCIAL

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **55 (cinquenta e cinco) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Noções de Direito Administrativo	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50
Ética do Servidor na Administração Pública	51 a 55

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica, obrigatoriamente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica.
4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - consultando, no decorrer da prova, qualquer tipo de material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. **O telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
6. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SÓ PODERÁ copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA** em formulário próprio entregue pela instituição organizadora do concurso, **DURANTE OS 30 min (TRINTA MINUTOS) QUE ANTECEDEREM O TÉRMINO DA PROVA**.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO: Estado laico e liberdade religiosa

Em 12 de novembro último, o Ministério Público Federal ajuizou ação objetivando à retirada da expressão religiosa “Deus seja louvado” das cédulas do real. O argumento é a ofensa ao princípio do Estado laico, além da exclusão de minorias, ao promover uma religião em detrimento de outras. Outros instigantes debates a respeito do alcance da laicidade estatal e da liberdade religiosa têm chegado à Justiça, como o questionamento acerca do uso de símbolos religiosos (como crucifixos) em espaços públicos; de leis que autorizam excepcionalmente o sacrifício de animais em religiões de matriz africana; da realização de exames (como o Enem) em datas alternativas ao Shabat (dia sagrado para o judaísmo); da natureza do ensino religioso em escolas da rede pública, entre outros.

Ainda que a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus (a Carta é promulgada “sob a proteção de Deus”), o mesmo texto constitucional veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (...)” (artigo 19, I da Constituição). É daí que se extrai o princípio do Estado laico: a necessária e desejável separação entre Estado e religião no marco do estado democrático de direito.

De um lado, o princípio do Estado laico proíbe a fusão entre Estado e religião (como ocorrem nas teocracias), de modo a proteger a liberdade religiosa. Por outro, requer a atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito. A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.

Isto porque confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis, que, ao impor uma moral única, inviabiliza qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. A ordem jurídica em um estado democrático de direito não pode se converter na voz exclusiva da moral de qualquer religião. Os grupos religiosos têm o direito de constituir suas identidades em torno de seus princípios e valores, pois são parte de uma sociedade democrática. Mas não têm o direito a pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico.

[...] O Brasil é considerado o maior país católico do mundo em números absolutos. Em 2000, os católicos representavam 74% da população (IBGE, Censo 2000). Em 2009, o universo de católicos correspondia a 68,5% da população brasileira (FGV, Novo Mapa das Religiões, 2011).

Neste contexto, iniciativas como a do Ministério Público Federal constituem uma importante estratégia para consolidar o princípio do Estado laico, endossando o dever do Estado de garantir condições de igual liberdade religiosa. Inspirado pela razão pública e secular, o estado democrático de direito não pode ser refém de dogmas religiosos do sagrado, mas deve garantir a diversidade de doutrinas religiosas, filosóficas e morais como condição da própria cultura pública democrática.

Flávia Piovesan [professora da PUC/SP e procuradora do estado] – fragmento

Publicado em 29/11/12 – disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/estado-laico-liberdade-religiosa>

01. Evidencia-se por meio da leitura do texto que a intenção da autora é ressaltar a importância de:
 - (A) adotar oficialmente dogmas incontestáveis e impor uma moral única
 - (B) assegurar que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito
 - (C) estabelecer parâmetros para o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas
 - (D) definir a natureza do ensino religioso em escolas da rede pública
02. No texto, a autora expõe e fundamenta um ponto de vista, do qual faz parte a defesa da:
 - (A) consolidação de um estado democrático de direito
 - (B) imposição de um culto religioso único e obrigatório
 - (C) promoção de uma religião em detrimento de outras
 - (D) subvenção oficial a cultos religiosos ou igrejas
03. Na formação do adjetivo **incontestáveis**, há prefixo com o significado de negação. A palavra em que o prefixo assume outro significado é:
 - (A) imperfeição
 - (B) impermeabilizar
 - (C) inclusão
 - (D) inviabilizar

Considere a seguinte frase do terceiro parágrafo, para responder às questões de números 04 e 05.

A laicidade estatal demanda tanto a liberdade religiosa, como a igualdade no tratamento conferido pelo Estado às mais diversas religiões.

04. Percebe-se, na organização coerente e lógica dessa frase, o seguinte tipo de raciocínio:
 - (A) explicativo
 - (B) condicional
 - (C) proporcional
 - (D) comparativo

05. O emprego do acento grave, indicativo da crase, faz-se necessário em “**às** mais diversas religiões”, e também é obrigatório em:
- (A) Todos têm direito de escolher cultos nos quais se sintam **a** vontade.
- (B) Cada indivíduo deve agradecer **a** Deus por tudo o que é e tem.
- (C) Não gosto de estar associado **a** pessoas que evidenciam fanatismo.
- (D) Quem tem boca vai **a** Roma e, se é católico, vai ao Vaticano ver o papa.
06. Sabendo-se que dígrafos são grupos de letras que representam apenas um som da fala, constata-se que na palavra **questionamento** há dois dígrafos, um consonantal e outro vocálico. Verifica-se o mesmo tipo de ocorrência na seguinte palavra:
- (A) detrimento
- (B) representantes
- (C) constitucional
- (D) excepcionalmente
07. Em “embaraçar-**lhes** o funcionamento” (2º parágrafo), o pronome oblíquo em destaque não é complemento do verbo e, sim, adjunto do substantivo subsequente [embaraçar o funcionamento **de cultos religiosos ou igrejas**]. O pronome também é usado com esse sentido em:
- (A) Escolheram o culto e a igreja que puderam inspirar-**lhes** confiança.
- (B) Após o casamento de seu primogênito, nasceu-**lhe** a segunda filha.
- (C) A leitura e a reflexão **lhe** podem trazer maiores possibilidades de conhecimento.
- (D) O pastor e o padre **lhes** garantiram que tudo fora um mal-entendido.
08. “**Ainda que** a Constituição, em seu preâmbulo, faça expressa alusão a Deus...” (2º parágrafo)
- Haveria importante alteração na relação de sentido estabelecida entre essa oração e a sequência da frase no texto se a expressão em destaque fosse substituída por:
- (A) mesmo que
- (B) por mais que
- (C) uma vez que
- (D) embora
09. Em “instigantes debates” (1º parágrafo), o adjetivo precede o substantivo, invertendo a colocação mais rotineira dos termos no sintagma. A anteposição do adjetivo também ocorre em:
- (A) “símbolos religiosos” (1º parágrafo)
- (B) “igual consideração” (3º parágrafo)
- (C) “atuação positiva” (3º parágrafo)
- (D) “laicidade estatal” (1º parágrafo)

10. “... atuação positiva do Estado no sentido de assegurar uma arena livre, pluralista e democrática em que toda e qualquer religião mereça igual consideração e respeito.” (3º parágrafo).

Nesse segmento, é empregada linguagem figurada, como também na seguinte frase:

- (A) “Um pouco de filosofia afasta-nos da religião; muita filosofia faz-nos voltar a ela.” (Antoine Rivarol)
- (B) “A religião é comparável a uma neurose da infância.” (Sigmund Freud)
- (C) “Não me interessa nenhuma religião cujos princípios não melhoram nem tomam em consideração as condições dos animais.” (Abraham Lincoln)
- (D) “As leis são um freio para os crimes públicos – a religião para os crimes secretos.” (Rui Barbosa)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Segundo o Estatuto dos Servidores Municipais, a responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo da Fazenda Municipal. Para liquidação administrativa de prejuízo causado à Fazenda Municipal, o funcionário poderá autorizar descontos em prestações mensais não excedentes da seguinte proporção:
- (A) vigésima parte do vencimento e vantagens
- (B) décima parte do vencimento e vantagens
- (C) trigésima parte do vencimento e vantagens
- (D) metade do vencimento e vantagens
12. Segundo a classificação dos atos administrativos, pelo critério dos destinatários, os regulamentos são considerados atos:
- (A) de gestão
- (B) discricionários
- (C) complexos
- (D) gerais
13. A forma extintiva de desfazimento do ato administrativo que inobserva forma fixada em lei, sem possibilidade de convalidação, é conhecida como:
- (A) revogação
- (B) cassação
- (C) anulação
- (D) caducidade

14. Um guarda municipal, realizando uma fiscalização, acaba danificando a barraca de um comerciante autorizado ao cair sobre ela, quando empurrado por participantes de uma passeata que estavam fugindo da polícia civil. Nesse caso relatado, pode-se afirmar, quanto à responsabilidade do Município, que a mesma deve ser considerada como:
- (A) integral
 (B) excluída
 (C) dolosa
 (D) subjetiva
15. Os litígios entre o município do Rio de Janeiro e os seus servidores estatutários são resolvidos perante o seguinte órgão do Poder Judiciário:
- (A) Justiça Estadual
 (B) Justiça Federal
 (C) Justiça do Trabalho
 (D) Conselho Nacional de Justiça

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Observe a figura e a citação abaixo, relacionadas à especificação de um notebook.



“Notebook Samsung 300E4A-AD1 com Intel Core i5 4GB 500GB LED 14” Windows 7 Home Premium”

“Intel Core i5” e “4GB” fazem referência, respectivamente, aos seguintes componentes de hardware:

- (A) microprocessador e disco rígido
 (B) cache e memória RAM
 (C) cache e disco rígido
 (D) microprocessador e memória RAM
17. No Windows 7 BR, dois atalhos de teclado podem ser utilizados como alternativa à ação de pressionar o botão Iniciar por meio do *mouse*. Esses atalhos de teclado são:
- (A) Ctrl + Esc e tecla F11
 (B) Alt + Esc e tecla Windows
 (C) Ctrl + Esc e tecla Windows
 (D) Alt + Esc e tecla F11

18. No Word 2010 BR, clicar nos ícones  e



tem, respectivamente, os seguintes significados:

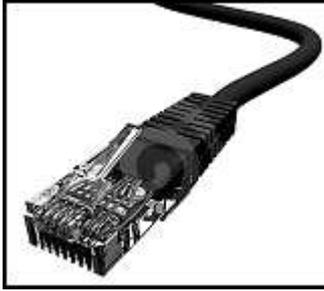
- (A) aplicar subscripto e aumentar o tamanho da fonte
 (B) aplicar sobrescrito e aumentar o tamanho da fonte
 (C) aplicar subscripto e diminuir o tamanho da fonte
 (D) aplicar sobrescrito e diminuir o tamanho da fonte
19. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2010 BR.

	A	B	C
1	2012 - GUARDA MUNICIPAL		
2			
3	#	DESCRIÇÃO	PREÇO
4	1	PENDRIVE 8GB	R\$ 28,00
5	2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	R\$ 301,00
6	3	HD SATA 1TB	R\$ 257,00
7		TOTAL	R\$ 586,00

Em C7 foi inserida uma expressão que representa a soma de todos os valores contidos em C4, C5 e C6. Ao final do trabalho, foi acionado um ícone para salvar a planilha em um arquivo no disco rígido. A expressão e o ícone foram, respectivamente:

- (A) =SOMA(C4:C6) e 
- (B) =SOMA(C4&C6) e 
- (C) =SOMA(C4:C6) e 
- (D) =SOMA(C4&C6) e 

20. Observe a figura abaixo, que ilustra um cabo padrão *Fast Ethernet* da categoria 5, empregado na implementação de redes de computadores para acesso à internet.



O conector utilizado nesse cabo é conhecido pela seguinte sigla:

- (A) USB
- (B) RJ-45
- (C) RG-6
- (D) RCA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A práxis social é uma atividade política que pode mudar as relações econômicas, sociais e políticas de uma dada sociedade. Para tanto, ela exige, na sua constituição enquanto *práxis*, o desenvolvimento de ações que sejam:
- (A) pontuais
 - (B) contínuas
 - (C) integradas
 - (D) críticas
22. As diferentes formas de análise da realidade, constituídas pelos profissionais de Serviço Social enquanto produtores de conhecimento, traduzem, na contemporaneidade, as tendências ideológicas presentes nas lutas políticas existentes no interior da categoria, como reflexo de uma luta mais ampla de toda a sociedade, expressando também a configuração:
- (A) do conservadorismo profissional
 - (B) de um perfil multifacetário da profissão
 - (C) de um universalismo na categoria
 - (D) da permanência do sincretismo no serviço social
23. Ao analisar o Serviço Social no atual momento histórico, percebe-se que, dentre os elementos que têm contribuído para avanços em diferentes campos da ação profissional do assistente social, destaca-se a:
- (A) formação acadêmica qualificada
 - (B) hegemonia do marxismo no Serviço Social
 - (C) pesquisa em Serviço Social
 - (D) legitimidade social da profissão
24. A partir da década de 1980, institui-se de modo sistemático o debate acadêmico do Serviço Social, marcando um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição da profissão e é revelado um crescimento da pesquisa no âmbito profissional. A maior parte dos temas destas pesquisas dos anos 1980 e que prosseguem abordadas nos anos 1990, referem-se:
- (A) às políticas públicas
 - (B) ao exercício profissional
 - (C) à análise de conjuntura
 - (D) ao projeto ético-político
25. Desde meados do século passado, são observadas, no mundo ocidental, significativas alterações no perfil do trabalho e dos trabalhadores, bem como nos seus determinantes de saúde e de doença, ao mesmo tempo em que se modificam a organização e as práticas de trabalho. Tais alterações têm como fundamento:
- (A) a despolitização operária
 - (B) a reestruturação produtiva
 - (C) as singularidades laborativas
 - (D) as metamorfoses funcionais
26. Em relação ao âmbito “saúde e trabalho”, a concepção, segundo a qual o ambiente é compreendido como determinante das condições de saúde e que as equipes técnicas precisam focar atenção na prevenção das doenças do trabalho, é categorizada como:
- (A) medicina ambiental
 - (B) medicina do trabalho
 - (C) saúde do trabalhador
 - (D) saúde ocupacional
27. No campo da saúde do trabalhador, o assistente social precisa pensar a sua intervenção tendo como eixo norteador de seu trabalho a compreensão das diferentes dimensões que envolvem os processos de saúde, doença e trabalho. Além disso, reivindica-se como uma competência prioritária desse profissional a:
- (A) capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares
 - (B) capacidade de mediar conflitos entre patrões e empregados
 - (C) habilidade na busca de consenso entre múltiplos interesses
 - (D) apreensão das doenças ocupacionais mais incidentes

28. O trabalho é considerado, no campo teórico-analítico “saúde do trabalhador”, sob uma dupla perspectiva. Ao mesmo tempo em que é percebido enquanto organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, é compreendido também como um meio de:
- (A) sobrevivência
(B) redenção
(C) autonomia
(D) resistência
29. As vertentes críticas do Serviço Social brasileiro propõem, que as soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais. Essas vertentes reivindicam que a ação profissional seja pensada em sua:
- (A) singularidade
(B) complexidade
(C) teleologia
(D) abstração
30. Os “estudos sociais” são instrumentos necessários, nos mais diversos campos de intervenção do assistente social, para a viabilização do acesso dos sujeitos da ação profissional a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira. Para tanto, sua finalidade imediata é a:
- (A) gestão dos serviços
(B) emissão de parecer
(C) análise de dados
(D) resolução de litígios
31. Nos marcos da formulação, administração e execução de políticas públicas, o documento mais abrangente e geral que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação de prioridades de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade é definido como:
- (A) projeto
(B) programa
(C) ação
(D) plano
32. A temática do planejamento ressurgiu no cenário brasileiro contemporâneo, nos âmbitos públicos e privados, institucionais ou macropolíticos com renovada importância política. Assim, aquela ação que busca absorver um sentido político para a gestão pública, com medidas que transcendam o enfoque das técnicas ou métodos, é denominada planejamento:
- (A) burocrático
(B) normativo
(C) estratégico
(D) tradicional
33. O instrumento de trabalho que deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao assistente social para executar as suas tarefas, bem como deve iluminar a avaliação processual acerca da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para a materialização das metas previamente propostas, consiste no:
- (A) projeto de intervenção
(B) estudo social
(C) planejamento técnico
(D) projeto ético-político
34. No que concerne aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do emergente Serviço Social brasileiro, destaca-se, como um dos referenciais orientadores de seu pensamento e de sua ação profissional, o postulado filosófico cuja ideia central é:
- (A) a perspectiva da totalidade
(B) a perfectibilidade humana
(C) o racionalismo positivista
(D) o idealismo hegeliano
35. Ao refletir sobre o conceito de classe trabalhadora na contemporaneidade, Ricardo Antunes (1999), elabora a categoria de análise “classe-que-vive-do-trabalho”. Na concepção do autor, tal categoria corresponde a:
- (A) trabalhadores improdutivos
(B) integração das cooperativas terceirizadas
(C) totalidade do trabalho social
(D) trabalhadores informais
36. Com o neoliberalismo, há, no Brasil, uma tendência à obstaculização do conceito constitucional da seguridade social. Nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para serem compreendidos como:
- (A) direitos do consumidor
(B) benesses do Estado
(C) ações clientelistas
(D) políticas eleitoreiras
37. A unificação institucional, a uniformização dos benefícios e a universalidade do direito são princípios fundamentais do modelo de seguridade social formulado pelo seguinte país:
- (A) Alemanha
(B) Canadá
(C) Inglaterra
(D) Itália

38. Os critérios de acesso e as condicionalidades para permanência dos cidadãos em determinados programas sociais, associados à sua abrangência, determinam, no processo de análise e avaliação das políticas sociais, o caráter dos benefícios e dos serviços, que pode ser classificado como:
- (A) progressivo
(B) integral
(C) descentralizado
(D) universal
39. É considerado um dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal do Brasil:
- (A) renda
(B) alimentação
(C) registro civil
(D) comunicação
40. Em 1979, durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de forma organizada, a vanguarda profissional destituiu a mesa de abertura composta por oficiais da ditadura militar, substituindo-os por representantes dos movimentos dos trabalhadores. No Serviço Social brasileiro, esse evento, que ficou conhecido como "Congresso da Virada", é o marco:
- (A) do amadurecimento das teorias clássicas do Serviço Social
(B) do processo de ruptura teórica e política com o tradicionalismo
(C) da crise do projeto ético-político profissional
(D) da superação da influência pós-moderna na formação profissional
41. Uma das vertentes de análise que emergiu no bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, influenciando a formação e o exercício profissional no país como uma metodologia dialógica e que prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social, é denominada:
- (A) histórico-estrutural
(B) sistêmica
(C) fenomenologia
(D) funcionalista
- Com base em Iamamoto (2007), responda às questões de números 42, 43 e 44:**
42. No Brasil contemporâneo, verifica-se um trânsito da noção de seguridade social para a lógica de seguro social. Nesse contexto, a perspectiva que passa a presidir a política social é a:
- (A) privatização dos serviços sociais
(B) ampliação dos gastos sociais
(C) filantropia dos programas de combate à pobreza
(D) focalização dos programas e benefícios sociais
43. Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento "processo de criminalização" que atinge as classes trabalhadoras. Seu enfrentamento ocorre a partir de propostas imediatas que atualizam a articulação do tipo:
- (A) burocratização/modernização
(B) coerção/consenso
(C) redução de tensões/legitimidade do capital
(D) assistência focalizada/repressão
44. É a base de formação sócio-histórica do Serviço Social, compreendida a partir do seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais:
- (A) a filantropia
(B) a política social
(C) a questão social
(D) a assistência social
45. Para Montaño (2007), a primeira condição para se romper com o conservadorismo no campo da intervenção profissional, assumindo a responsabilidade e o desafio de enfrentar as demandas novas e emergentes do Serviço Social, é:
- (A) o método de apropriação do concreto pensado
(B) o conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade
(C) a apropriação das fontes originais da teoria social
(D) a aliança com os movimentos sociais
46. No debate acerca da família e das políticas sociais, o conceito que sustenta a ideia de que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros, o que corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado, denomina-se:
- (A) desfamíliação
(B) proteção familiar
(C) política familiar
(D) familismo
47. A opinião profissional do assistente social sobre determinada situação deve ser manifestada e encaminhada para quem a solicitou, sejam eles seus empregadores, sejam outros profissionais, por meio do seguinte instrumento:
- (A) parecer social
(B) estudo socioeconômico
(C) perícia técnica
(D) relatório social

48. Cabe apenas ao assistente social a definição pela utilização de determinado instrumento de trabalho no cotidiano profissional, a exemplo das visitas domiciliares e visitas institucionais. Essa prerrogativa é decorrente da seguinte condição:

- (A) postura ética
- (B) conduta política
- (C) posição teórica
- (D) autonomia técnica

49. Por estar matriculada no último período do curso de Serviço Social, Jaqueline foi contratada por uma empresa para, na condição de estagiária, exercer atribuições privativas de uma assistente social, pois foi sinalizada pela empresa a possibilidade da sua admissão como profissional após sua colação de grau.

De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social Comentado (2012), tal exercício profissional deve ser caracterizado como:

- (A) facultativo
- (B) ilegal
- (C) irrestrito
- (D) regular

50. De acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, a manutenção do sigilo profissional constitui-se em:

- (A) um dever
- (B) uma prerrogativa
- (C) um direito
- (D) uma competência

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

51. Adquirir, para outrem, no exercício de mandato, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público é ato de improbidade que:

- (A) causa prejuízo ao erário
- (B) importa enriquecimento ilícito
- (C) atenta contra os princípios da Administração Pública
- (D) ofende a ética pública

52. A representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente, constitui crime punido com a pena de multa e:

- (A) detenção de seis a dez meses
- (B) reclusão de três a seis meses
- (C) detenção de um a três meses
- (D) reclusão de seis a doze meses

53. Exigir, para si, diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o seguinte tipo penal:

- (A) peculato
- (B) estelionato
- (C) concussão
- (D) prevaricação

54. O patrocínio indireto de interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é crime que pode ser punido com:

- (A) detenção de seis a dez meses
- (B) reclusão de três a seis meses
- (C) reclusão de seis a doze meses
- (D) detenção de um a três meses

55. Retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o seguinte tipo penal:

- (A) corrupção passiva
- (B) prevaricação
- (C) advocacia administrativa
- (D) excesso de exação